

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quêlse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quêlse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioli Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 97.ª Sessão Ordinária
Realizada em 3 de Julho de 1972 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Emílio Carrazai; Gilberto Carvalho; Lázaro Dumont; Leopoldo Jaconel; Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGENS:

MENSAGEM

28/72

Senhor Presidente:

Curitiba, 28 de junho de 1972

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder à PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S.A., isenção do pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis adquiridos com o objetivo de neles instalar qualquer complexo industrial inerente às suas finalidades.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n. 391-72, de 22 do corrente mês, da Secretaria da Fazenda, diz, com os necessários detalhes, sobre a oportunidade e alta significação da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
 Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica isenta do pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direito a eles relativos a PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S.A., em relação aos bens imóveis ou direitos, adquiridos com o objetivo de neles instalar qualquer complexo industrial inerente às suas finalidades.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de junho de 1972.

Of. N. 391-72

Senhor Governador:

A implantação de um complexo industrial relativo à refinaria de petróleo, em nosso território, que a Petrobras irá efetivar, dependerá da aquisição de uma propriedade imobiliária cujo valor venal atinge aproximadamente a 2% do respectivo investimento.

Sobre essa operação imobiliária recai o imposto sobre transmissão de que trata a Lei estadual n. 5.464, de 31 de dezembro de 1964. Salvo as transmissões "inter vivos" compreendidas no sistema financeiro de habitação, a que se refere a lei federal n. 4.380 de 21 de agosto de 1964, — em que a alíquota do imposto é de 0,5% —, nas demais transmissões a título oneroso, como a ora reportada, ocorrerá um gravame tributário de 1% sobre o valor venal, à data da operação translativa da propriedade imobiliária.

Por outro lado, cumpre salientar, Senhor Governador, que a Petrobras, criada pela Lei n. 2.002 de 3 de outubro de 1953 sob a forma de Sociedade de Economia Mista, não está ao abrigo da imunidade tributária recíproca do art. 19, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, a qual, no pertinente à administração indireta, só veio contemplar com a intributabilidade apenas as autarquias, deixando, pois, sem o abrigo as empresas públicas e as de capital misto.

Diante dessa colocação, a dispensa legal do imposto, por parte do Estado, representaria uma efetiva contribuição para esse empreendimento, ao mesmo tempo em que simbolizaria, concretamente, o reconhecimento dos paranaenses pela decisão recentemente tomada pelo Governo da União, indiscutivelmente de saliente interesse econômico para esta unidade federada.

Submeto, pois, ao crivo de Vossa Excelência, o incluso esboço de lei, que objetiva isentar a Petrobras do pagamento da sisa, na aquisição dos imóveis que se destinam à montagem do complexo industrial de refinaria de petróleo em território paranaense.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência meus protestos de real apreço e de distinta consideração.

MAURICIO SCHULMAN

Secretário da Fazenda

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

29/72

Curitiba, 29 de junho de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.253, de 3 de dezembro de 1971.

2. O crédito cuja autorização para abertura é objetivada através do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, é de grande significação e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois destina-se ao atendimento de despesas com a constituição do Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN, criado conforme preceitua a Lei n. 6.264, de 10 de janeiro de 1972, para solução dos problemas do trânsito no Estado do Paraná.

3. Em obediência ao disposto na Lei Federal n. 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, conforme específica, do vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
 Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.253, de 3 de dezembro de 1971, para atender despesas com a constituição do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN criado pela Lei n. 6.264, de 10 de janeiro de 1972, de acordo com a seguinte especificação:

ORGÃO PRINCIPAL: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA: ORIENTAÇÃO E CONTROLE DO TRÂNSITO

UNIDADE EXECUTORA: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

DOTAÇÃO: 72 — 2.6 — 43 — 02 — 0

4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL

4.2.0.0 — INVERSOES FINANCEIRAS

4.2.4.0 — Constituição de Fundos Rotativos Cr\$ 7.500.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, conforme prescreve o artigo 43, parágrafo 1.º, item III da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado, na Dotação do Programa abaixo discriminado:

ORGÃO PRINCIPAL: SECRETARIA DA FAZENDA — ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA — ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

DOTAÇÃO: 72 — 0.9 — 90 — 10 — 0

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.6.0 — Reserva de Contingência Cr\$ 7.500.000,00

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 255-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

Restabelecida a Junta Consultiva do I.B.C., o Paraná teve 3 nomes dos mais ilustres no setor da cafeicultura indicados para sua composição.

Cornélio Procópio se sentiu honrado pela participação de um de seus filhos. Trata-se do ilustre cafeicultor Senhor Wilson Baggio, presidente do Sindicato Rural daquela cidade.

Em se tratando de homem muito dedicado à agricultura e profundo conhecedor do problema, submetemos à consideração do Plenário, seja consignado voto de congratulações desta Casa, pela referida investidura.

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1972.

(a) Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente:

Campo Mourão, honrosamente vê um de seus filhos galgar elevado posto no Instituto Brasileiro do Café. Entre os representantes da cafeicultura paranaense, na sua Junta Consultiva, se inclui agora o nome do Senhor Nelson Teodoro de Oliveira, agricultor autêntico, por vocação e tradição de família. Tão feliz escolha nos dá a certeza de que o Paraná terá, nos altos escalões da política cafeeira do País, um trabalhador incansável e experiente perfeitamente à altura do honroso cargo. Daí porque e com o propósito de manifestar júbilo intenso, é que encaminho à apreciação do Plenário, o presente voto de louvor e regozijo.

Ao ensejo requer-se que do ato se dê conhecimento ao homenageado bem como ao seu genitor, Joaquim Teodoro de Oliveira.

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1972.

(a) Armando Queiroz

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Saúde do Estado, Dr. Ivã Fontoura, solicitando providências da pasta que dirige, no sentido de apurar "in loco" as recentes denúncias sobre a grande incidência de tifo nas regiões de Apucarana e Jandaia do Sul, onde, segundo material divulgado na imprensa, já teriam sido registrados mais de 70 casos.

O surgimento em grande escala do tifo no Norte do Paraná, nos últimos

dois meses, vem alarmando a população, tendo sido bastante acentuado o número de vítimas que procuram os Hospitais e Laboratórios da região para os competentes exames. Apesar do médico chefe do 13.º Distrito Sanitário de Apucarana, dr. Gerson Ribeiro negar o aparecimento da moléstia, o fato foi amplamente noticiado pela imprensa do interior, que chega inclusive a citar os Hospitais e Laboratórios que comprovaram sua existência e a contaminação de aproximadamente 70 pessoas.

Diante dessa provável epidemia, é necessária a intervenção da própria Secretaria de Saúde para evitar o alastramento do mal e para tranquilizar a população norte-paranaense.

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1972.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando:

Que os Projetos de Lei ns. 84-72 e 85-72, deram entrada na Comissão de Finanças em data de 30 de junho do corrente ano, e, em mesma data foram, retirados desta Comissão em virtude de terem sido postos na Ordem do Dia, em data de hoje; em Regime de Urgência, sem os respectivos pareceres da Comissão, sendo que o prazo regimental prevê 48 horas para o aludido parecer;

Que, os Projetos de Resolução ns. 20-72 e 21-72 deixaram de ser encaminhados à Comissão de Finanças, apesar dos mesmos conterem matéria de relevância econômica; requer:

I — Sejam os mencionados Projetos, encaminhados à Comissão de Finanças pelo exposto acima;

II — Que, no encaminhamento de Projetos desta natureza, sejam observados os dispositivos regimentais.

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1972.

(a) Fuad Nacii

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei n. 107-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado "Dr. Sílvio Bittencourt Linhares", o Hospital Estadual de Antonina, localizado na cidade do mesmo nome, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1972

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

O saudoso Dr. Sílvio Bittencourt Linhares cuja memória pretendemos perpetuar através da imposição de seu nome ao Hospital Estadual de Antonina conforme previsto neste Projeto de Lei, foi médico humanitário que levou o exercício da profissão até ao sacrifício pessoal, mercê de sua dedicação extrema e compreensão do verdadeiro dever do médico perante sua comunidade.

O sempre lembrado Dr. Sílvio Bittencourt Linhares logo após formado ingressou no serviço público pela Secretaria de Saúde Pública do Paraná, e ali sempre por merecimento, ascendeu a todos os cargos de chefia da estrutura daquela órgão, tendo sido, com inextinguível zelo, Diretor da Saúde Pública, Chefe da Divisão da Tuberculose e, ultimamente, Diretor do Hospital Estadual de Antonina no qual conquistou o apreço, a admiração e o respeito da toda a população daquela progressiva cidade.

O pranteado Dr. Sílvio Bittencourt Linhares cumpriu cerca de 35 (trinta e cinco) anos de exercício profissional no serviço público com uma dedicação e um interesse muito acima do que seria esperar-se para um servidor em cuja carreira a remuneração nunca foi atrativo 2 as reconhecidas falhas no aparelhamento da estrutura técnica são um constante obstáculo ao eficiente desempenho do trabalho médico.

Assim e entendendo que o Poder Público deve reverenciar àqueles que, integrando a seus quadros, por sua honra e dignidade souberam elevar-lhe o conceito perante a comunidade, tendo por oportuna a apresentação do presente projeto de lei, pois, aprovado, fará ele justiça ao médico, ao servidor público e ao cidadão, que todos nós devemos citar como exemplo quando quisermos definir o trabalho, a competência e a honestidade.

Os nobres Deputados certamente também assim o entenderão e darão a este seu honroso e dispensável apoio.

Projeto de Lei n. 108-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Educação e Cultura, a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um curso de Jornalismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1972

(a) Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa atender aos reclamos da mocidade estudantil da própria cidade de Maringá.

Considerando a importância que a Universidade Estadual de Maringá representa para o progresso da região, concluímos que a criação de um curso de Jornalismo aprimorará o nível cultural daquela fabulosa região do norte do Paraná.

Estas são as razões que nos levaram a apresentação deste Projeto de Lei, para o qual contamos com o apoio e a aprovação dos nobres pares.

Projeto de Lei n. 109-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a pensão mensal concedida à viúva Godolina Godolfim Schultz, pela Lei n. 2.334, de 3 de março de 1952, alterada pelas Leis ns. 2.290, de abril de 1952 e 1.912, de 18 de maio de 1954, em favor de sua filha Carolina Schultz, em virtude de seu falecimento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1972

(a) Arthur de Souza

JUSTIFICATIVA:

Julgo ser de inteira justiça a transferência da pensão mensal concedida pela Lei n. 2.334, de 3 de março de 1952, e posteriormente modificada pelas Leis ns. 2.290, de abril de 1952 e 1.912, de 18 de maio de 1954, à viúva do ex-2.º Tenente da Força Militar do Estado, Fernando Frederico Schultz, Senhora D. Godolina Godolfim Schultz, em virtude de seu falecimento, em favor de sua filha Carolina Schultz.

Em consonância com as exigências sociais e humanas, é de se transferir à filha de uma viúva sem recursos, a pensão que lhe havia sido concedida, para minorar sua precária situação financeira.

Pelo alto sentido humano da medida ora formulada, espero que a mesma receba desta Colenda Casa o necessário acolhimento e consequente aprovação.

Projeto de Lei n. 110-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavai, com sede na cidade de Paranavai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1972

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei em foco tem por escopo a declaração da Utilidade Pública da Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavai, a qual possui a estrutura de sociedade civil, tendo como finalidades precípuas: manter, dirigir e colaborar com obras e iniciativas de cunho meritório. Nada mais justo, portanto, que o reconhecimento da utilidade pública desta Associação, considerando-se a nobreza dos seus objetivos, que se traduzem na integração e bem estar social.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendíamos falar no Grande Expediente, no entanto, estamos prestes a encerrar o semestre legislativo do corrente ano e os inscritos para hoje, no Grande Expediente, nos impediram de falar sobre o assunto com maiores dados e maiores esclarecimentos.

Entretanto, aproveitando a oportunidade do Pequeno Expediente comparecemos a esta Tribuna.

O ufanismo desenfreado é altamente prejudicial. Os interesses ligados ao progresso e ao desenvolvimento. O otimismo é necessário e desejável, ao passo que o ufanismo é indesejável e desprezível.

Os homens públicos não têm o direito de temer a verdade e escondê-la do povo. Assim devemos pensar, assim devemos agir e assim agiu o Governo do Estado ao mostrar, com dados corajosos, a real situação do Estado do Paraná. Compreendendo que o nosso Estado está empobrecendo, que está desindustrializado como que a aceitar um retrocesso histórico. Começamos, então, a pensar por que o Paraná está empobrecendo? Talvez seja por se cometer erros que já se cometeu neste país no passado, como por exemplo, no ciclo do ouro e do diamante, ou no ciclo da borracha. Nessa ocasião, pensou-se apenas no presente, esquecendo o futuro, comprometendo-o. Procurou-se apenas explorar sem pensar a longo prazo, sem planejar. Parece que o Paraná volta a viver esses dias, porque também o Paraná parece que, até hoje, somente se preocupou em explorar as riquezas naturais, não se preocupou em voltar-se para o futuro. O Estado esqueceu-se da industrialização, o Governo não olhou para a industrialização, não lhe dando o menor incentivo. Enquanto outros Estados, como Santa Catarina, preocupa-se de forma extraordinária, com a industrialização como fórmula capaz de fugir a este retrocesso que estamos assistindo no Paraná.

No Brasil, para que tenhamos uma idéia, num sentido amplo e geral, 18% da população dedica-se à atividade relativa à indústria, enquanto 44% dedica-se à agricultura. No Paraná, apenas 10% dedica-se a atividades relativas à indústria e 63% da população está integrada na agricultura, desassistida, desestimulada, desprotegida e desamparada. Na caminhada desenvolvimentista estamos perdendo para o Estado de Santa Catarina que sempre esteve em nossa retaguarda. Em relação à renda per capita brasileira a do paranaense em 68 atingiu 86%. Se continuarmos no ritmo atual, em 1974 ela não atingirá mais que 68%. Este é um dado que demonstra a decadência paranaense e isto porque, lamentavelmente, foi esquecida a industrialização.

Hoje retornou da Europa o Sr. Secretário de Planejamento do Governo de São Paulo, e anuncia estar em entendimentos adiantados com noventa empresas estrangeiras, para a implantação de indústrias no interior paulista, buscando o incentivo para o Estado de São Paulo, buscando investimentos para o Estado de São Paulo, e o Paraná parece que se contenta em ser um mero exportador de riquezas naturais para que outros Estados recebam o presente do nosso trabalho, porque o Paraná tem sido, realmente, um mero produtor de matéria prima para que São Paulo e outros Estados, industrializando os nossos produtos, abiscoitem para si a soma mais polpuda da nossa renda.

Porisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, convém que se conscientize o Governador do Paraná, ele precisa pagar o ônus, mesmo que seja muito caro, para incentivar, hoje mais do que nunca, a industrialização em nosso Estado para que não continuemos a enveredar neste caminho irreversível do empobrecimento, que nos conduzirá a uma situação lamentavelmente triste, nos dias futuros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A principal razão que nos traz hoje à Tribuna, é fazer uma explanação sobre o nosso ponto de vista no que tange à arrecadação da Loteria Esportiva, no Estado do Paraná.

No entanto, outros assuntos de maior importância fazem com que esta minha presença na tribuna divida o meu pronunciamento em duas partes: 1.º — Gostaria de tecer aqui alguns comentários sobre um artigo editado na FOLHA DE LONDRINA, de emissão do jornalista Hélio Duque, e que fala

sobre a menta. Várias vezes, e por anos seguidos, nós temos ocupado esta Tribuna, falando exatamente sobre a produção da menta, no Paraná. Fizemos várias advertências, várias denúncias, citamos nomes de grupos, e, não obstante, nenhuma providência foi tomada no sentido de amparar o agricultor que está sujeito à oscilação criminosa de preços da menta, sendo a todo instante, no período da safra, lesado o agricultor por aqueles grupos.

Então hoje fui alertado por um artigo inserido, como dissemos, na FOLHA DE LONDRINA, e para que fique registrado nos Anais da Casa, procedermos a leitura deste artigo. (Lê):

“FOLHA DE LONDRINA — Domingo, dia 27 de julho de 1972.

(O artigo tem a assinatura e responsabilidade do Sr. Hélio Duque)

CARTA ABERTA AO GOVERNADOR PARIGOT DE SOUZA SOBRE A PRODUÇÃO DE MENTA, NO PARANÁ.

Sr. Governador

V. Exa. soube ser objetivo e sério, ao elaborar documento. Diagnósticos e Diretrizes de Ação, que apresentou uma análise sucinta da economia paranaense, destaca a importância da agro-indústria, para o desenvolvimento do Estado.

Numa hora em que, por força dos slogans apresentados aos paranaenses, dizem que “faremos do Paraná o segundo Estado da Federação” criando um Estado de verdadeira utopia, sabíamos que efetivamente nada estava sendo feito para transformar o Estado numa estrutura econômica mais dinâmica, quanto mais em segundo Estado da Federação. Nesse exato momento V. Exa. trouxe através desse recém-divulgado documento um retrato sincero e real, sem devaneios, do que é e o que poderá ser o Paraná que todos queremos para os nossos filhos. E o momento para essa mudança de atitude e de orientação é agora. Procurando discutir os problemas reais do Estado, formulando possíveis soluções de acordo com a estrutura econômica paranaense que difere bastante da estrutura econômica brasileira. Já que a nossa estrutura é basicamente dependente do setor primário. Gerando o setor agrícola 43,6% da renda global da economia paranaense. Serve, portanto, para mostrar que a prioridade tem de ser dada ao setor agrícola, porque é o verdadeiro sustentáculo da economia paranaense. O setor secundário é responsável apenas por 10% da renda paranaense e o setor terciário tem a significativa presença de 46,4%. E mais: no total de sua população o Paraná concentra no campo 64% em confronto com 36% que mora na cidade.

No plano elaborado pelo Governo de V. Exa. está dito que o IICM continua a ser a principal fonte de recursos do Estado e que o café é o produto que mais se destaca na geração desse tributo. Nos últimos três anos o crescimento da receita tributária situou-se abaixo do crescimento dos oito anos anteriores, sendo 3 por cento em 1971 em relação a 1969 e de apenas 2 por cento em 1971, em relação ao anterior. Da mesma forma que a renda “per-capita” paranaense que em 1968 correspondia a 86 por cento da renda brasileira, em 1974 poderá corresponder a apenas 68,7 por cento dela.

Senhor Governador, através do Diagnóstico e Diretrizes de Ação divulgado pelo Governo de V. Exa. ficamos sabendo que o crescimento do Paraná nos mesmos níveis do nacional, embora mantendo participação relativa da renda estadual no total, representará uma deteriorização da renda “per-capita” paranaense em face da maior taxa de crescimento populacional do Estado. Dessa forma, dos 86 por cento, em 1968 declinarão para 80,3 em 1974. Daí entendermos a missão de V. Exa. como do maior valor, quando mostrou aos paranaenses a verdadeira face da sua realidade, que não é nada colorida, bem ao contrário. Mas, igualmente, possíveis soluções são aventadas, como por exemplo, a consolidação do polo agro-industrial paranaense.

Dito isso, Sr. Governador, queremos apresentar um problema da maior importância para a economia do Estado, nessa hora de procura de recuperação econômica, e que sempre esteve relegado a um plano de esquecimento: É a produção paranaense de menta. Nosso Estado responde por 85 por cento da produção mundial de hortelã, contudo os seus lavradores vivem numa situação afiliva e de franco processo de empobrecimento. Para que V. Exa. tenha uma idéia no ano de 1971 o produtor de menta vendia um quilo de óleo ao preço de Cr\$ 43,50 caindo em 1972, esse valor para Cr\$ 25,00. Uma situação, portanto, flagrantemente exploradora para a lavoura. E tudo isso está a acontecer, exclusivamente porque há uma omissão que teima em não determinar o preço mínimo para o produto que é a solução ideal, tanto para os produtores como para a economia nacional, e, particularmente, a economia paranaense que é a maior área produtora do mundo. Sem o preço mínimo, Sr. Governador, permanecerá cada ano os grupos econômicos internacionais que monopolizam a comercialização do produto ditando os preços injustos e mais disparados possíveis sempre em detrimento do produtor. Mas temos que reconhecer que a ação monopolística desses grupos orientais que atua na comercialização interna e externa da menta, Sr. Governador, é mais pela ação da inexistência do preço mínimo. Sabemos que a adoção dessa medida não está afeta a uma determinação executiva do vosso Governo. Ela tem de partir do Governo Federal. Contudo, o que objetivamos com essa carta aberta a V. Exa. é mostrar uma realidade distorcida da economia paranaense, e ninguém melhor do que o Governador para reivindicar a adoção dessa medida, junto às autoridades federais.

Numa recente entrevista ao jornalista Alberto Tamer, de “O Estado de São Paulo” V. Exa., afirmou: “Pretendo que o nosso plano seja, durante alguns meses, como uma tábua de lavar roupa: precisa ser malhado. Quanto mais gente bater, mais sugestões irão surgir e melhor se formará a consciência do que precisa ser feito”. Não para malhar, se bem que não entendemos o vosso Plano como um documento completo; (sem dúvida é o estudo mais sério feito nos últimos tempos uma sugestão sobre um setor específico da economia regional é que passaríamos a fornecer a V. Exa. os seguintes dados sobre a produção paranaense de menta. A capacidade nacional de refino de óleo de menta é de 4.250 toneladas de óleo bruto por ano. E desse total 87% se concentra no Paraná, estando 13% instalado em São Paulo que refina a produção procedente do nosso Estado o único produtor brasileiro. Atualmente o maior município produtor de menta do mundo é Assis Chateaubriand, seguindo-se Barbosa Ferraz, Quinta do Sol, Campo Mourão etc.

2) O produto é exportado como MENTOL CRISTALIZADO e como ÓLEO DESMENTOLADO. O primeiro tem nos EUA o maior comprador, absorvendo cerca de 70% e o segundo tem na Europa aquela área maior compradora, respondendo por 65%.

O produto é utilizado integralmente em complexos industriais. Indo desde os programas espaciais dos EUA, até a indústria alimentícia, indústria farmacêutica, indústria de pneumáticos, etc.

3) No último mês de maio o total de divisas entradas no Brasil através

do porto de Santos, pela exportação de mentol, foi de US\$ 922.955,21 para o óleo desmentolado. Somados teremos o total de US\$ 3.569.471,19 somente para o mês de maio de 1972.

Com referência ao mês de junho, possuímos dados sobre a exportação até o último dia 16, representando US\$ 1.348.798,92, para o mentol cristalizado e US\$ 408.915 para o óleo desmentolado. Somando as exportações referentes às duas primeiras semanas de junho, teremos um total de US\$ 1.757.713,92. Portanto, Senhor Governador, somando o mês de maio e 15 dias de junho teremos um total de US\$ 5.327.185,11 para as exportações de menta, servindo esse dado para mostrar quanto importante poderá ser esse setor para a economia paranaense.

Dizer-se portanto, Senhor Governador, que a cultura da menta é de pouca importância econômica, será ignorância ou má fé já que um produto que é responsável em 45 dias por mais de cinco milhões de dólares, é expressivo na pauta de exportação do próprio País, e tem de merecer os seus produtores um tratamento justo e protetor do seu trabalho. A falta de amparo oficial em não determinar o PREÇO MÍNIMO está forçando a que muitos lavradores erradicuem a cultura de hortelã e no seu lugar coloquem a pecuária gerando problemas sociais terríveis e que vem a agravar os já existentes na área urbana. Na cultura do hortelã, para uma área de 50 alqueires necessita-se de pelo menos 22 famílias, já que é cultura altamente sofisticada e que exige cuidados constantes e uma presença intensa de mão de obra, não se podendo utilizar em grande escala qualquer forma de mecanização agrícola. Nessa mesma área se colocada a pecuária bastariam apenas duas famílias ou menos até para cuidar de tudo. Esse aspecto social igualmente tem de ser levado em conta. Mas ele é secundário, já que o motivo principal do desestímulo é do abandono de muitos participantes dessa atividade agrícola, e a não existência de um PREÇO MÍNIMO.

Não é possível, Senhor Governador, que o Paraná sendo o maior produtor de menta do mundo deixe os seus lavradores a mercê dos golpes desleais desferidos pelos grupos monopolísticos internacionais, que por não existir o preço mínimo usam e abusam da capacidade de espoliar o agricultor. E todos nós povo e governo, não podemos permitir que os nossos lavradores permaneçam na condição de cordeiros mansos empobrecendo a cada ano, refletindo igualmente num maior processo de empobrecimento da economia paranaense e da economia nacional. Enquanto isso, grupos externos que monopolizam a comercialização da menta brasileira enriquecem-se de maneira incalculável em detrimento daqueles que efetivamente trabalham e dão sua cota de sacrifício para o BRASIL-GRANDE que todos queremos.

Senhor Governador, quando levantamos os fundamentos econômicos da necessidade de PREÇO MÍNIMO, não estamos a sustentar nenhuma bandeira de privilégio para a lavoura. Bem ao contrário trata-se de uma necessidade imperativa pela qual o Governo Federal não pode se omitir, porque o que está em jogo é também a economia brasileira. Os lavradores de menta do nosso Estado sabem que terão ao lado dessa aspiração que é a reivindicação do preço mínimo, o Governador Parigot de Souza, que soube numa hora realmente importante mostrar a verdadeira face do Paraná ao seu povo.

Senhor Governador, fique certo de que estamos daqui a torcer pelo governo de V. Exa. e esperamos uma administração à altura do momento histórico que o Paraná está a exigir nessa verdadeira encruzilhada no seu desenvolvimento.

Atenciosamente,

Hélio Duque”.

Como vêem os Srs. Deputados, este alerta é apenas mais uma das centenas de pronunciamentos que temos feito desta Tribuna, antes de fatos ocorridos aqui, já denunciados. Porque a muitos anos, desde quando adentramos para esta Casa, como representantes do povo. Há cerca de 10 anos passa dos nós já denunciávamos o contrabando de menta que se fazia do Paraná para o vizinho Estado do Paraguai, como líquido era transportado em tanques sobressaltantes, adaptados em aeronaves. A fiscalização foi feita em todos os aeroportos paranaenses e brasileiros; mas a medida paralela, a medida que se reivindicava, de proteção ao produtor e ao produto, esta medida até hoje nós estamos aguardando. Vários requerimentos de nossa autoria, com o apoio de nobres pares desta Casa, a quem tanto devemos; esta Casa, portanto, já enviou aos determinados Departamentos, requerimentos; nossos pedindo amparo aos produtores de menta. Hoje é o caos que se avizinha; hoje é a imprensa do Norte do Paraná, “A Folha de Londrina” que sente e vive de perto este problema, que faz este apelo. Infelizmente, como diz o jornalista, nem tudo está perdido. A verdade é que resta de fato uma atitude mais agressiva, uma atitude mais coerente de nosso Governo, porque necessário se faz, como bem diz este jornalista, que estas reivindicações sejam feitas principalmente pelo Governo do Estado do Paraná, porque S. Exa. que tem recebido os maiores e melhores elogios nossos e desta Casa, haverá de convir que é chegado o momento de tomar posição em defesa de nosso pequeno agricultor. Não é só o problema comercial, que é grave e crucial, mas é o problema social que advirá fatalmente se o Governo não tomar do imediato e com urgência uma posição junto a quem de direito, para que medidas sejam tomadas no sentido de fixar o preço mínimo para os produtores de menta.

Eu viajava há poucos dias pelo interior do Estado e li nos jornais, e vi pela TV, que um eminente Colega desta Casa fizera um Requerimento, através do qual solicitava ao Governador do Estado e às autoridades competentes medidas para que este produto fosse também financiado pelo Banco do Estado do Paraná. Acho uma pretensão justa, oportuna, porque o produto, uma vez financiado pelo Banco do Estado e para que o Banco pudesse ter como garantia parte daquele produto, teria que previamente fixar o preço da menta.

Sr. Presidente, meus aplausos e minha solidariedade a este jovem jornalista do Norte do Estado, Hélio Duque, e solicito seja transcrito nos Anais da Casa o artigo que acabamos de ler.

Passamos, agora, para a segunda parte de nosso pronunciamento. Temos observado que a Loteria Esportiva é uma verdadeira face de dois gumes.

Ainda há poucos dias, quando visitávamos um dos Municípios de nossa influência política, São Miguel do Iguaçu, chegamos também até Foz do Iguaçu e lá vimos, abismados, com um verdadeiro espanto, uma enxurrada de dinheiro brasileiro que é gasto no Cassino que fica do lado de lá e, quem sabe, até alguns cruzeiros nossos por lá ficaram.

Mas já que existe aqui, e com grande proveito para o Governo Central, a Loteria Esportiva funcionando, não vejo porque o Brasil não possa tirar proveito desta grande indústria sem fumaça que é o turismo. Não vejo porque não se deva também, do lado brasileiro instalar um Cassino, porque ninguém segura quem quer jogar. Então, que o dinheiro aplicado, ou investi-

do, dessa forma fique para o lado brasileiro. Porque nós sabemos que uma das maiores rendas do Paraguai é, exatamente, o cassino que fica situado junto a Foz do Iguaçu.

No que tange à Loteria Esportiva, achamos ser ela uma face de dois gumes. A nossa preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, hoje, a Loteria Esportiva está sendo uma grande concorrente ao nosso comércio. Desde a instalação da Loteria Esportiva, o Paraná contribui com alguns bilhões de cruzeiros. E uma das fontes receptoras dos benefícios da renda dessa Loteria Esportiva seria a LBA. E gostaríamos de saber, que alguém de direito nos informasse, quanto o Paraná tem recebido; quanto a LBA tem recebido. De antemão podemos informar que o retorno da renda evadida dessa forma não tem sido proporcional.

A mesma coisa acontece com o café, com a menta, e está acontecendo com a Loteria Esportiva. Os outros Estados da Federação têm grupos mais ativos, os mais espertos, e estão usufruindo maciçamente os benefícios da renda da Loteria Esportiva. E o Paraná, que é um Estado tido como rico, tem sido um verdadeiro "bode expiatório" perante os demais Estados da Federação.

A verdade é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este estado de coisas não pode continuar. O IBC a nos massacar de um lado; os agricultores prejudicados profundamente por uma série de medidas adotadas em São Paulo; a Loteria Esportiva é aquilo que estamos explicando. E isto, Srs. Deputados, o que está acontecendo com o Paraná. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somos homens acostumados com a agricultura, viemos ao Paraná para abrimos uma fazenda de café e sabemos que a agricultura é arte um tanto delicada. Porquanto a terra exige que se lhe devolva aquilo que dela se extrai. Hoje, Srs. Deputados, as famosas "terras virgens" do Norte do Paraná, com sua exuberância, com seu adubo natural que sempre teve e que enriquecem todo o Brasil, já não é mais aquela. Porque, precauções não houveram, não foram tomadas, para que se fixasse, aqui, grande parte da renda arrancada do solo paranaense. Hoje, a nossa terra está um tanto quanto cansada. Hoje, a nossa terra, mesmo a famosa terra roxa, está a exigir que se lhe devolva um pouco daquilo que dela foi arrancado. A nossa agricultura precisa de adubo que, há poucos anos passados, não eram necessários. Então, o Paraná vai empobrecendo dia a dia: é a erosão, são as pragas; e o caos está se aproximando.

Temos feito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma série de pronunciamentos, alertando as autoridades responsáveis para o que está ocorrendo com a hortelã, para o que está ocorrendo com o café, para o que está ocorrendo com o algodão, para que não se diga, lá fora, que os parlamentares representantes do povo com assento nesta Casa, assistiram de braços cruzados o verdadeiro enterro financeiro de nosso Estado. Portanto, queremos deixar aqui, como homem da equipe do Governo que somos, o nosso apelo, mais um entre tantos apelos que fizemos a S. Exa. o Sr. Governador, para que interceda junto às autoridades federais, que interceda com rigidez, com energia, para que o Paraná seja tratado como merece. Não queremos um tratamento melhor, não queremos um tratamento de privilégio, queremos, isto sim, que se dê ao Paraná um lugar ao sol, porque não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que continuem tirando as veias de nosso querido Estado, a sua essência, para distribuir por outros países, sem que nada retorne para o Estado do Paraná.

Assim é que deixamos aqui, na tarde de hoje, um apelo, porque tão logo esta Casa se reabra, após o recesso, iremos fazer novamente uma série de requerimentos, a quem de direito, no sentido de que se dê maior proteção aos cafeicultores.

Esteve aqui há poucos dias um representante do IBC, cuja presença muito nos agradou, mas a mim algumas dúvidas restaram. S. Exa., com muita delicadeza, com muita lhança, com bastante educação e muita capacidade, fez a exposição, como técnico, no que tange a plantação de café. Mas S. Exa. não respondeu, com precisão, a nossa pergunta, porque nós perguntávamos a S. Exa., por que o Governo, paralelamente a todas essas medidas que vem tomando junto ao IBC, porque o Governo não estimula o próprio cafeicultor, que é o maior técnico, porque ele vive o problema, estímulo esse dado através do preço justo.

Nós perguntávamos a S.S. o Sr. representante do IBC, que não respondeu, apenas disse que o café estava recebendo melhores preços. Não achamos que o dia fosse para debate, porque afinal era uma visita ilustre que estava em nossa Casa, mas nós sabemos que essa melhoria de preços é oriunda da escassez do produto. Os preços foram alterados no exterior e repercussão houve internamente. Mas esta não era e não é nossa tese. O que nós achávamos e achamos é que deve haver um confisco cambial mais moderado, deve haver a diminuição gradativa do confisco cambial, ou seja, sua extirpação total.

Seria esse o único remédio para que os agricultores, com preço justo, sem confisco cambial, tivessem nas mãos os meios suficientes para combater as pragas que se aproximam, como também o próprio agricultor teria, através da renda oriunda de sua agricultura, condições favoráveis para fazer novo plantio.

O Sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Tivemos oportunidade de ouvir o seu pronunciamento. Conhecemos perfeitamente a sua formação, a sua luta de há muitos anos em defesa daqueles que até hoje não tiveram o beneplácito dos governos junto aos financiadores e financiadoras para o plantio de suas lavouras. Queremos aqui agradecer pela maneira como V. Exa. tem se destacado em defesa dos lavradores. Nós, como ex-plantadores de hortelã — menta — sabemos perfeitamente das dificuldades que a maioria dos paranaenses, que vive da lavoura, enfrenta. Recebem às vezes grupos chineses e japoneses que conhecemos que fazem um truste de morte no Paraná, vacilam os preços à sua maneira, como bem interessa e até hoje não se ouviu uma palavra de interesse dos Governos que por aí passaram, que aí estiveram, em defesa da lavoura que tem dado tantas divisas ao País.

Com referência à vinda do Diretor do IBC, tivemos oportunidade de presenciar e notar que S.S. não teve condições de responder a sua pergunta.

Queríamos, ao terminar este aparte, dizer ao Deputado Paulo Poli, aos Srs. Deputados desta Casa e ao Presidente que este pronunciamento é muito importante à economia paranaense porque se trata da defesa daqueles que, até hoje, não tiveram sequer um financiamento junto ao Banco do Brasil e nem das financiadoras. Esta é uma produção que não recebeu ainda nenhum beneplácito do Governo.

Queremos nos congratular com V. Exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. PAULO POLI — Agradeço imensamente, Deputado Fuad Nacli, o seu aparte principalmente porque conhecemos, de perto, a sua luta.

Recordo-me, como se fosse hoje, de uma viagem que fiz em avião que fora cedido por uma empresa de transporte aéreo, com a qual tínhamos

ligação de parentesco. Nesse avião encontrava-se V. Exa. e sobrevoamos a sua fazenda; daí em diante passei a olhar com mais respeito, admiração e entusiasmo a pessoa de V. Exa. Vimos em sua pessoa, Deputado Fuad Nacli, aquele colonizador corajoso, aquele homem entusiasmado que derrubava as matas e ali punha máquinas. Acompanhamos, de perto e com entusiasmo, o que V. Exa. fez em sua propriedade e confiávamos, como V. Exa., nas medidas que fatalmente, segundo pensávamos, haveriam de surgir. Qual não foi a sua decepção e a nossa também pela falta de atendimento e de amparo. Sei que para salvar o seu nome, a sua dignidade V. Exa. vendeu por preço ínfimo aquela belíssima propriedade que era um jardim e que enchia de entusiasmo a vista de qualquer agricultor e como agricultor aprendi a respeitar V. Exa.

Sei que o seu aparte é um aparte que vem do fundo de sua alma e de seu coração porque as providências que não foram tomadas atingiram a sua própria carne o que, por ser o nobre Deputado muito modesto, não citou.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Nelson Buffara quero que fique registrado, e que fique bem claro que quando abordei o assunto referente a Cassinos em Foz do Iguaçu o nobre Deputado já havia se manifestado a respeito. Se mérito houver nesta reivindicação é de S. Exa. que tem, com muita seriedade e propriedade, ocupado esta Tribuna para tratar de assunto tão sério e justo.

Tem o aparte o nobre Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Nesta exposição de motivos feita por V. Exa., nesse seu magnífico pronunciamento, depreendemos que V. Exa. é inteiramente favorável à criação da zona franca, que eu considero de vital importância para Foz do Iguaçu, e também como medida subsequente, a abertura de um cassino naquela região.

Para que haja um cassino é necessário que se faça uma modificação no Código Penal Brasileiro; não obstante, veja V. Exa., o absurdo que se pratica no Brasil — sabe V. Exa., como sabem os demais Srs. Deputados, que e uma contravenção penal esta Jogada Maior, que foi uma liberalidade dada ao Clube Grêmio de Porto Alegre, e, se existe aqui em Curitiba, foi uma cessão do Grêmio de Porto Alegre, ao Coritiba Futebol Clube, o Coritiba não conseguiu permissão para adotar esse sistema de jogo, Jogada Maior, que consiste em venda de bônus, cartões, que dão direito a prêmios, automóveis etc. Eu sei que é uma contravenção penal e foi uma concessão feita ao Grêmio de Porto Alegre, feita então ao Coritiba Futebol Clube.

Se o Governo Federal admite este tipo de contravenção penal, por que não modificar o nosso Código e fazer com que Foz do Iguaçu, além de ser zona franca tenha também, para sua própria sobrevivência, um cassino? Se existe um cassino do outro lado, se a nós é facultado atravessar a fronteira e jogarmos o que tivermos e o que não tivermos, quem sabe o Governo Federal possa abrir um cassino não só em Foz do Iguaçu, mas, em zonas privilegiadas, como estâncias balneárias? Talvez se pudesse, através de uma Lei, firmar normas para que isso fosse conseguido.

Eu estava dizendo a V. Exa., que deveríamos adotar normas para esses cassinos, para o seu funcionamento, como por exemplo, na Europa, em Portugal, os portugueses podem frequentar os cassinos existentes em Lisboa, se provarem que são proprietários; se o cidadão é proprietário prova que é homem de recursos, de posses, o que é a prova que lhe permite a extravagância de jogar e perder, se for o caso. Poderíamos adotar o mesmo critério. Agora, os turistas podem jogar livremente o que quiserem, porque não interessa ao Governo português proteger aos turistas, mas sim, aos portugueses. Poderíamos fazer a mesma coisa em nosso País, e teríamos condições para que não houvesse o esvaziamento que há em Foz do Iguaçu, inclusive com a facilidade de atravessarmos a fronteira e do outro lado trazermos mercadorias, que é o que se faz. Existe evidentemente uma fiscalização, um limite de aquisição, então, aquilo que compramos em solo paraguaiense poderíamos comprar em solo brasileiro.

Por isto eu parabeno V. Exa., por estar defendendo, juntamente com o Deputado arenista Líder desta Casa, este ponto de vista, e temos certeza que suas palavras mais do que as nossas trarão mais resultados — assim espero — para que nós paranaenses tenhamos aquilo que considero um direito nosso, direito inalienável, e que queremos defender.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte de V. Exa., apenas discordando de suas palavras finais, quando V. Exa. afirmou que nossas palavras teriam maior aceitação, maior valor que as palavras de V. Exa..

Discordo frontalmente porque nesta Casa, graças a Deus sempre que se falou em assunto de interesses paranaenses e de interesses brasileiros, nunca se observou, nobre deputado, as fronteiras existentes entre os dois Partidos. Tanto os Deputados da ARENA como Deputados do MDB quando assomam a esta Tribuna e que tratam de assuntos de relevância para o Paraná, e para o Brasil, todos os Deputados tem recebido, de todas as Bancadas, o apoio e a imprensa tem dado desta que também indistintamente. Portanto, eu não vejo porque, a não ser por generosidade de V. Exa. quisesse dar V. Exa. maior ênfase, maior importância ao nosso apenas. Nós ficamos satisfeitos nobre Deputado apenas em nos igualarmos com V. Exa. pois ambos somos representantes do povo e gostaríamos de deixar aqui, então, Sr. Presidente, ao despedir-nos na tarde de hoje desta Tribuna, quem sabe neste período Legislativo não tenhamos mais oportunidade de retornarmos a ela, mas deixaremos aqui registrado o nosso apelo paralelo, o nosso protesto também, para que não continue acontecendo ao Paraná o que vem acontecendo e agora em aparte que nos forneceu o nobre Deputado Nelson Buffara também com respeito à Jogada Maior; segundo palavras do sr. Deputado Nelson Buffara, o Paraná foi passado para trás na cafeicultura, na plantação de algodão, na plantação de menta, na loteria esportiva e também na Jogada Maior. O Paraná tem sido, infelizmente o eterno bode expiatório, a eterna vítima, como se tivesse que pagar no que tange ao Governo Federal. É lamentável perdemos a posição que tínhamos no Ministério da Agricultura, no IBC; o Paraná é hoje um Estado, como se fosse um verdadeiro armazém de recados e exposto a sanha de toda uma Nação. Quero deixar o meu protesto e o meu apelo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado que tem o respeito de todos os paranaenses, que ouça o nosso apelo e que dirija às autoridades competentes pedindo o amparo que o Paraná merece. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 16-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 112-72, aprova o Termo do Convênio celebrado em 25 de janeiro do corrente ano, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 17-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 113-72, aprova Convênio celebrado em 4 de novembro de 1971, entre o D.E.R. e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando execução dos serviços de construção das vias de acesso a esta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 70-71 de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Bocaiuva do Sul a Colombo. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 230-71, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Amado Alves de Miranda. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 255-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, fica criado o Município de Francisco Alves, desmembrado do de Iporã, com área territorial constituída pelos atuais Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito. — Parecer favorável da C.C.J. — **COM EMENDA.** — **Aprovado Projeto e Emenda.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 18-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros), ao ex-Delegado de Polícia Alfredo Soares de Freitas. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGENCIA.** — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 37-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica denominado Grupo Escolar "João Mattar", o atual Grupo Escolar Noturno Dr. Generoso Marques, da cidade de Cambaú. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 73-71, de autoria do Dep. Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na rodovia que liga o Município de Pinhão ao Município de Manguinhos. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **COM SUBSTITUTIVO.** — **Aprovado pelo Substituto, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 86-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 43-72 de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo concessão de Título de Cidadão Honorário "POST-MORTEM", ao Brigadeiro do Ar, Mario Calmon Eppinghaus. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — da Proposição n. 122-72, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares e outros, Proposta de Emenda à Constituição dando nova Redação ao Artigo 15.º da Constituição da Constituição Estadual. — Parecer favorável da C.E. — **Aprovado.**

PROPOSIÇÃO N. 122-72 Proposta de Emenda à Constituição

O art. 15, da Constituição, face à Emenda n. 3, à Constituição Federal, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 15 — A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 5 de dezembro".

Sala das Sessões, 22 de junho de 1972.

aa) Deputados Luiz Roberto Soares, Borsari Netto, João Mansur, Emilio Carazzai, Ivo Thomazoni, Leopoldo Jacomet, Aguiar de P. Lima, Domício Scaramella, Cândido M. de Oliveira, João Fadel, Odilon Reinhardt, Arizone Araújo, Igo Losso, Paulo Camargo, Ovidio Franzoni, Nivaldo Kruger, Pinto Dias, Marciano Baraniuk, Antonio Lopes Júnior, Jorge Sato, Gabriel Manoel e Armando Queiroz de Moraes.

COMISSÃO ESPECIAL

PARCELER

A PROPOSIÇÃO N. 122-72

1.) Esta Comissão Especial foi constituída com a finalidade de opinar sobre a Proposição n. 122-72, Proposta de Emenda à Constituição.

2.) A Emenda está subscrita por mais da terça parte dos membros desta Assembléia, e visa a dar nova redação ao artigo 15 da Constituição do Estado, estabelecendo que o Legislativo Estadual reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 5 de dezembro.

3.) O disposto pela Emenda decorre da aplicação ao Estado da norma contida na Emenda n. 3 à Constituição Federal pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Luiz R. Soares — Relator
Antonio Lopes Junior
Sebastião Rodrigues Júnior.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 18-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 111-72, que aprova o Termo Aditivo de Retificação de Cláusulas do Convênio firmado em 25.02.70, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de retificação de cláusulas do Convênio firmado em 25 de fevereiro de 1970, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

PROPOSIÇÃO N.

Súmula: Aprova o Termo Aditivo de retificação de cláusulas do Convênio firmado em 25 de fevereiro de 1970, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital.

PARCELER

O desiderato da presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n. 16-72, é dar conhecimento à esta Casa do Termo Aditivo de retificação de cláusulas do Convênio firmado em 25 de fevereiro de 1970, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, referente a conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital.

Referido Convênio estabeleceu-se nos termos do art. 47, inciso IV, da Constituição Estadual e a esta Assembléia, por força do que determina o inciso VII, do art. 22, do mesmo Estatuto, cabe referendar.

Assim, os requisitos da Lei, quanto aos elementos que a constituem, bem como à sua oportunidade estão conforme às exigências e imperativos da Constituição.

Opino pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator
Cândido M. de Oliveira
Paulo Camargo
Santos Lima
Emilio Carazzai
Luiz Roberto Soares.

MENSAGEM N. 16-72

Curitiba, 28 de abril de 1972.

PROPOSIÇÃO N. 111-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de Convênio celebrado em 25 de fevereiro de 1970, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

N/CAPITAL.

Termo Aditivo de Retificação e Ratificação, de cláusulas do Convênio firmado entre o Município de Curitiba e o Estado do Paraná, referente ao "Jardim Botânico".

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes as partes de um lado o Município de Curitiba, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Dr. Omar Sabbag e de outro lado o Estado do Paraná representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, Dr. Oscar Felipe Loureiro do Amaral, foi assinado o presente Termo Aditivo de retificação e ratificação de cláusula que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — A cláusula segunda (2.a) do Convênio firmado entre o Município de Curitiba e o Estado do Paraná passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA: — O Estado do Paraná se obriga: Iniciar o imediato levantamento da vegetação arbórea existente para a conveniente planificação dos passeios, permitindo destarte o aproveitamento máximo da

vegetação natural e facilitando, assim, a introdução de novas espécies lá não ocorrentes; II — promover a dotação da importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) no exercício financeiro de mil novecentos e setenta (1970) para aplicação específica ou aparelhamentos; instalações e obras previstas no referido convenio, cuja importância correrá por conta da Dotação 70.3 7-60-03-0 — Consignação 3.1.1.0 Sub Consignação 3.1.4.0.17, do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural, empenhado na Contadoria Seccional da Secretaria da Agricultura sob n. 675-70 e na Contadoria Central do Estado sob n. 6.739; III — promover para o exercício de mil novecentos e setenta e um (1971), na proposta orçamentária a ser elaborada, uma dotação de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) e para os exercícios seguintes igual a quantia, sempre acrescida de mais 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA: — Fica instituída a Cláusula Quarta, com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA: — A execução do convênio ficará a cargo do Diretor do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural.

CLÁUSULA QUINTA: — Todas as demais cláusulas continuarão em pleno vigor. E, para constar, foi lavrado o presente termo aditivo de retificação de cláusulas do convenio firmado entre o Município de Curitiba e o Estado do Paraná, que depois de lido e achado conforme vai por todos assinado, duas testemunhas.

Curitiba, 25 de fevereiro de 1970.

a) OMAR SABBAG

Prefeito Municipal de Curitiba.

a) OSCAR FELIPE LOUREIRO DO AMARAL

Secretário da Agricultura

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Sec. Jurídica 15-09-70.

Setor de Contratos

Leozair Alves Ferreira.

Responsável

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 276-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criado o Ginásio Estadual de Herculândia Município de Umuarama. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 276-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Herculândia, Município de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

(a) Deputado Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Abriu estabelecimentos, é cerrar os estabelecimentos penais, era o provérbio corrente. Hoje, podemos afirmar que abrir escolas é descerrar as portas para as oportunidades. Efetivamente, o País inteiro mobiliza seus esforços no sentido de levar o povo todo para uma renda per capita mais elevada, para uma vida melhor, com mais oportunidades para todos. Esse esforço para o qual somos todos convocados reside principalmente em preparar a juventude de hoje para assumir as responsabilidades que lhe reserva o amanhã.

Ao legislador cabe prever e prover a isso. Em nossa modesta opinião, a criação de estabelecimentos de ensino de qualquer grau, representa a tarefa mais digna que esta geração pode legar a posterior.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 276-70

AUTOR: — Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria o Ginásio Estadual de Herculândia Município de Umuarama.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vêm sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até a eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou aumentem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em na, compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc..

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mérito início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vinda aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Igo Lesso — Relator

Acyr José

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

Arthur de Souza

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: — Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria o Ginásio Estadual de Herculândia, Município de Umuarama.

PROJETO DE LEI N.º 276-70

PARECER

O presente Projeto de Lei, não traz nenhuma implicação de ordem financeira. A criação de estabelecimentos de ensino, é matéria de alto alcance quanto ao mérito, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em ... de agosto de 1971

(aa.) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima

Fuad Nacli

Paulo Poli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 276-70

PARECER

I — De autoria do Deputado Wilson Fortes, o plano de lei em exame, visa a criação de um Ginásio Estadual em Herculândia, no Município de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

II — A justificativa do autor nos convence da necessidade da medida solicitada, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ... de outubro de 1971.

(aa.) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Aryzone M. Araújo — Relator

Alvaro Dias

Acyr José

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava, ao Município de Pinhão. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.E. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 99-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a Estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava ao Município de Pinhão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1971

(a) Dep. Nivaldo Krüger

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados. A construção da ponte sobre o Rio Jordão, ligando as Águas de Santa Clara ao Município de Pinhão, virá proporcionar grandes facilidades para o escoamento da produção daquele Município, uma vez que, encurtará muito a distância entre a sede do município de Pinhão à BR-373.

Sendo o Município de Pinhão grande produtor de cereais de gado de corte, nada mais justo que o Poder Executivo faça retornar aquele Município parte do montante do imposto arrecadado, através de obras que venham assegurar um desenvolvimento mais rápido a uma grande região do Estado do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 99-71

AUTOR: — Dep. Nivaldo Krüger

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, na forma que especifica.

PARECER

1) — A iniciativa ora em exame foi elaborada atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Trata-se de mera autorização legislativa e não fere qualquer preceito de ordem legal.

Por outro lado, segundo o que consta da justificativa, oportuna é a referida Proposição.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971

(aa.) Muggiati Filho — Presidente
Cândido Martins de Oliveira — Relator
Emílio Carazzai
Gilberto Carvalho
Armando Queiroz
Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 99-71

O nobre Deputado Nivaldo Krüger, autor da presente proposição, justifica plenamente a apresentação do mesmo.

Tratando-se de Projeto meramente autorizativo não ocorre qualquer óbice de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971

(aa.) Leopoldo Jacomel — Presidente
Santos Lima — Relator
Fuad Nacli
Maurício Fruet
Paulo Poli

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 99-71

1) — Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado Nivaldo Krüger, autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a Estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava ao Município de Pinhão.

2) — A Proposição obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

3) — A justificativa que o acompanha nos convence da sua oportunidade, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em ...

(aa.) Lázaro Dumont — Presidente
Antônio Maciel — Relator
Hélio Manfrinato
Borsari Netto
Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, solicitando o envio à Comissão de Finanças, dos seguintes Projetos de Lei n.ºs 84-72 e 85-72 e dos Projetos de Resolução n.ºs 20-72 e 21-72. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Srs. Deputados, os Projetos mencionados, estão em Regime de Urgência. Vamos concordar com o Requerimento, sem prejuízo do prazo do Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência submete à apreciação do Plenário o Requerimento, retirando os projetos, sem prejuízo dos prazos do Regime de Urgência. Está em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando dispensa da publicação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 255-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Armando Queiroz, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e regozijo, ao Sr. Nelson Teodoro de Oliveira, pela sua nomeação na Junta Consultiva do IBC. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário dos Negócios de Estado da Saúde Pública, no sentido que determine apurar "in loco" a denúncia da incidência de tifo nas regiões de Apucarana e Jandaia do Sul. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Wilson Baggio, pela sua investidura na Junta Consultiva do IBC. **Aprovado.**

Esta Presidência informa que votaram a Emenda Constitucional, 33 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 73-71, 86-71 e 43-72.

2.a DISCUSSÃO — da Proposição n.º 122-72.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18-72 dos Projetos de Lei n.ºs 276-70, e 99-71.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 108-71 e 66-72.

Levanta-se a Sessão.